

As condições de vida do operariado bracarense segundo a imprensa (1910-1926)

Labourers' living conditions in Braga according to the press (1910-1926)

DÉBORA VAL ESCADAS

Universidade do Minho

deboraval@live.com.pt

<https://orcid.org/0000-0001-5516-2283>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/11/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 08/09/2020

Resumo. O movimento operário na I República é um assunto que, para Braga, não mereceu a devida atenção, desconhecendo-se qualquer investigação sobre o tema. Para realizar este estudo, utilizámos como fontes a imprensa generalista de Braga e a imprensa operária do Porto e de Lisboa, não existindo fontes de arquivo relevantes para a análise em questão. Uma das razões que levou o operariado a apoiar os republicanos na instauração do novo regime foi a promessa de melhores condições de vida, entre elas, a promessa de resolução da carestia de vida e de abolição do imposto sobre os géneros. Promessas que não tiveram concretização prática. A mudança de regime não melhorou as condições dos operários, o que explica a sua persistente contestação aos governos republicanos.

Palavras-chave. 1ª República, movimento operário, condições de vida, Braga.

Abstract. The First Republic labour movement is a topic that, concerning Braga, didn't deserve proper attention, not knowing any investigation about this subject. To execute this paper, we utilized primary sources such as Braga generalist press, as well as Porto and Lisbon labour press, not existing primary manuscript sources at archives that are relevant to this study. One of the reasons that led labourers to support the republicans on the establishment of the republican government was the promise of better living conditions, among them, the promise to stop the rising prices of the essential supplies and to end the tax on them. Promises that weren't fulfilled. The change to a republican government didn't improve labourers' living conditions, which explain their persistent contestation against the republican governments.

Keywords. 1st Republic, labour movement, living conditions, Braga.

Introdução

O estudo do movimento operário na I República começou a ser feito tardiamente, durante o período final do Estado Novo, em virtude do regime político então vigente. Nos anos 50 e 60, as obras que se publicavam eram memórias e testemunhos de quem vivenciou o movimento operário do período referido, como César Nogueira (1966) e Alexandre Vieira (1959), por exemplo. Foi a

partir dos anos 70, com a transição para um regime democrático, que começaram a aparecer estudos académicos sobre esta temática pelas mãos de César Oliveira (1972), Carlos da Fonseca (1975) e José Pacheco Pereira (1971) e, nos anos 80, fez-se uma tentativa de estruturar a investigação sobre o movimento operário, sobretudo por Maria Filomena Mónica (1985), Victor de Sá (1981) e João Freire (1988). Mais recentemente, têm-se feito iniciativas para organizar a investigação sobre este tema, como a criação do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto, a organização de congressos e seminários, como o caso dos encontros Áreas Industriais e Comunidades Operárias (2011) e os *Congressos do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* (2013, 2015, 2017 e 2019), e ainda a realização de dissertações de mestrado e doutoramento que abordam estudos de caso e temáticas mais específicas do movimento operário, preenchendo um vazio importante na historiografia, já que

a propósito da história do movimento operário em Portugal e das lacunas de que enferma o nosso conhecimento dele, esse desconhecimento só poderá ser anulado por intermédio de visões globais e exaustivas e completadas com monografias e estudos parcelares [sendo que] as possibilidades de uma história interpretativa são, deste modo condicionadas por um trabalho prévio que não está realizado (OLIVEIRA 1973: 18).

Não pretendemos aqui fazer a história da história do movimento operário, mas estas breves considerações servem para mostrar que sobre este tema ainda há lacunas a serem preenchidas. Assim, o movimento operário durante a I República é um assunto que, para a cidade de Braga, não mereceu a devida atenção, desconhecendo-se algum estudo sobre o tema, razão pela qual o estudamos na nossa dissertação de mestrado. Este artigo, que apresenta as condições de vida do operariado bracarense, retoma um capítulo dessa dissertação (ESCADAS 2017: 11-33).

Estudar o movimento operário implica juntar informação espalhada por diversas fontes documentais, parte das quais não relacionadas com o assunto, já que boa parte dessa documentação foi perdida ou destruída deliberadamente quer durante a I República, quer durante o Estado Novo (FONSECA 1990: 7-8), sendo que a imprensa é uma fonte fundamental para o estudo deste tema. No caso de Braga, apenas foram publicados três jornais operários durante a I República, sendo dois deles números únicos. Neste sentido, consultámos jornais operários do Porto e Lisboa, que mantinham correspondentes em Braga, e a imprensa generalista bracarense, que publicava informações sobre o

operariado da cidade. Devemos, contudo, ser críticos e cautelosos na análise da imprensa, pois os periódicos eram laudatórios da ideologia que propugnavam, transmitindo uma visão parcial e, por vezes, adulterada da realidade. Quanto às chamadas fontes de arquivo, como correspondência, moções de protesto, atas de reuniões de sindicatos, entre outras, são quase inexistentes no caso de Braga e, no contexto de uma dissertação de mestrado, pesquisar as atas da Câmara Municipal de Braga ou os passaportes do Governo Civil tornou-se uma tarefa incomportável pelas limitações de tempo, pelo que, no futuro, será outra lacuna a preencher.

O horário de trabalho e os salários

Uma das razões que levaram o operariado a apoiar os republicanos na instauração do novo regime foi, precisamente, a promessa de melhores condições de vida, entre elas, a promessa de resolução da carestia de vida e de abolição do imposto sobre os géneros (OLIVEIRA 1990: 29-30). Promessas que não tiveram concretização prática. Logo em novembro de 1910, um articulista do semanário anarquista português *A Defesa Operária* fazia um balanço negativo sobre o primeiro mês de República:

O que economicamente se tentou, francamente, nada é; os géneros de primeira necessidade, cada vez mais caros; os senhorios, cada vez mais terríveis, e as leis de inquilinato aos miseráveis nada favorece, e serviram só de irritar o egoísmo egoísta e feroz dos senhorios; o patronato, cada vez mais virulento e espoliador. Até parece propósito. Aos operários todos aconselham *abstinência* neste momento, mas ao patronato ninguém pede moderação (*A Defesa Operária*, 20/11/1910: 1). Itálico no original¹.

A mudança de regime não melhorou as condições dos operários, o que explicava a sua persistente contestação aos governos republicanos. O horário de trabalho foi um dos problemas que mais preocuparam os operários, a par da questão salarial, pois labutavam 10, 11 ou 12 horas por dia em fábricas “insalubres, com péssimas condições de instalação, com cheiros, fumos tóxicos, poeiras, etc.” (OLIVEIRA 1990: 55-56).

Em 1913, por exemplo, os industriais de construção civil de Braga decidiram manter as horas de trabalho, que estabelecia para a primeira época, de

¹ A abstinência referida diz respeito à opinião pública que aconselhava o operariado a não fazer reclamações, de maneira a não dificultar a consolidação da República.

maio a agosto, o horário das 5:45 h da manhã às 19 horas da tarde (*Comércio do Minho*, 22/04/1913: 2). Em 1919, mesmo depois da promulgação da lei do horário de 8 horas (Decreto n.º 5516 de 7 de maio de 1919), os operários da construção civil continuavam a trabalhar durante longos períodos de tempo, nomeadamente “das 6 às 19 horas, com os costumados descansos de meia hora ao almoço e duas ao jantar” (*Comércio do Minho*, 29/06/1919: 2). Estas longas horas de trabalho na construção civil originaram vários protestos nesta classe, que ao longo da I República realizou cinco greves e três reclamações por diminuição de horário².

Não era só na construção civil que se praticavam longos horários. Vejamos estas referências: em 1913, os operários marceneiros conseguiram obter as 10 horas de trabalho, depois de uma greve vitoriosa (*Comércio do Minho*, 17/05/1913: 1-2). Em 1915, os operários metalúrgicos fizeram uma greve para diminuir o horário de 12 para 11 horas, não se sabendo qual o resultado da reivindicação (*Ecos do Minho*, 04/08/1915: 3). Em 1916, as costureiras trabalhavam 10 horas por dia (12 horas com duas de descanso), depois de as suas reclamações por diminuição de horário terem sido atendidas (*Ecos do Minho*, 11/01/1916: 2). Em 1917, o horário de verão das barbearias era das 7 da manhã às 9 da noite (*Comércio do Minho*, 22/05/1917: 2). Mas este horário ficou ainda mais extenso, pois em 1920 a classe reclama a diminuição de horário, para trabalharem das 7 da manhã às 9 da noite, “protestando pelo cumprimento do horário de trabalho” (*O Liberal*, 02/05/1920: 3). Em 1922, já depois da promulgação da lei das 8 horas, os operários tamanqueiros não laboravam o horário estipulado pela lei, “trabalhando desde as seis horas da manhã até às nove e dez da noite em virtude dos preços de mão-de-obra se encontrarem profundamente baixos” (*A Batalha*, 09/09/1922: 3).

Estas referências da imprensa generalista e operária são a única fonte de que dispomos para esta questão, uma vez que não foram encontrados nas estatísticas oficiais dados sobre o horário de trabalho. São exemplos significativos, testemunhando que os operários bracarenses sofreram continuamente com a prática de longos horários imposta não só pelos patrões, mas também pelas vicissitudes económicas.

A questão do salário, isto é, a questão económica, era a principal preocupação do operariado, que “já por várias vezes [...] se tem visto forçado [...] a vir para a luta a fim de manter íntegros os salários que continuam a ser escassos para a satisfação das mais importantes exigências da vida” (*A Batalha*, 15/10/1925: 1). E era pela luta, de facto, que essa preocupação com a questão

² Por falta de espaço, apenas apresentamos as estatísticas das greves e reclamações para melhor contextualização das condições de vida dos operários. Para a análise desses dados, veja-se ESCADAS 2017: 111-180.

económica se manifestava. Em Braga, 32 das 79 greves realizadas durante a I República incluíam nos seus motivos o aumento salarial, correspondendo à percentagem de 40,5%, e 56 das 166 reclamações foram feitas pela mesma razão, correspondendo à percentagem de 33,7% (ESCADAS 2017: 142 e 163). As informações encontradas sobre os salários que o operariado bracarense recebia são escassas, mas não deixam de constituir um exemplo importante para verificarmos as suas condições de vida e trabalho.

Em 1911, os ferroviários do Minho e Douro ganhavam entre 120 a 800 réis por dia, conforme a sua categoria, vendo os seus salários ligeiramente aumentados depois de uma greve (*A Aurora*, 12/02/1911: 1). Em 1915, uma reclamação dos empregados jornalheiros das águas revela que estes operários auferiam 260 réis diários (*Comércio do Minho*, 12/08/1915: 3). Em 1917, os operários marceneiros ganhavam entre 100 a mais de 300 réis por dia (*Ecos do Minho*, 26/08/1917: 2). Para esse mesmo ano, o inquérito publicado no *Boletim do Trabalho Industrial* n.º 116, de 1917, dá-nos uma média dos salários recebidos pelos operários do concelho de Braga dos sectores da metalurgia, da indústria química, do vestuário, do calçado, da indústria da madeira e do mobiliário, e da tipografia (veja-se a tabela 1). Em 1918, os empregados dos Serviços Municipalizados (tração, água, luz e gás) auferiam em média 800 réis (*Ecos do Minho*, 02/04/1918: 2). Em 1922, os operários tamanqueiros recebiam em média 20 escudos por semana, o equivalente a cerca de 3300 réis por dia (*A Batalha*, 09/09/1922: 3).

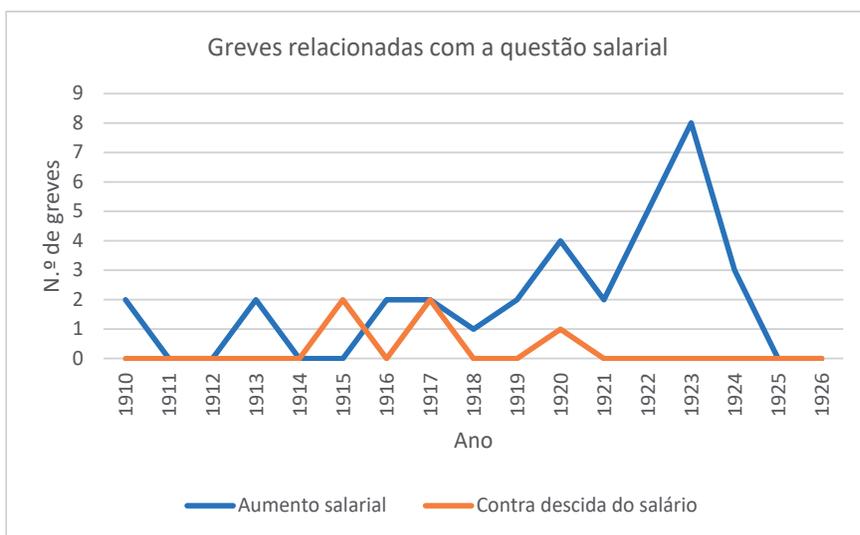
Tabela 1 - Média dos salários (por dia) para o concelho de Braga em 1917

Sector	Profissão	Idade	\$	Sexo
Metalurgia	Ajudante	Maior idade	\$40	M
	Amolador	Maior idade	\$40	M
	Amolador	Menor idade	\$16	M
	Carpinteiro	Maior idade	\$52,2	M
	Correeiro	Maior idade	\$80	M
	Cuteleiro	Maior idade	\$45,7	M
	Cuteleiro	Menor idade	\$11	M
	Cuteleira	Maior idade	\$20	F
	Cuteleira	Menor idade	\$10	F
	Eletricista	Maior idade	1\$00	M
	Ferreiro	Maior idade	\$68,3	M
	Fogueiro	Maior idade	\$42,5	M
	Fundidor	Maior idade	\$54,2	M
	Fundidor	Menor idade	\$10	M
	Latoeiro	Maior idade	\$40	M
	Latoeiro	Menor idade	\$10	M
	Mestre e contramestre	Maior idade	1\$45	M
	Picheleiro	Maior idade	\$50	M
	Picheleiro	Menor idade	\$12	M
	Serralheiro	Maior idade	\$59,2	M
Serralheiro	Menor idade	\$12	M	
Torneiro	Maior idade	\$46	M	
Torneiro	Menor idade	\$14	M	
Indústria química	Fogueiro	Maior idade	\$40	M
Vestuário	Chapeleiro	Maior idade	\$53,6	M
	Chapeleiro	Menor idade	\$14,2	M
	Chapeleira	Maior idade	\$24,4	F
	Chapeleira	Menor idade	\$12	F
	Costureira	Maior idade	\$16	F
	Costureira	Menor idade	\$12	F
	Fogueiro	Maior idade	\$48	M
	Mestre e contramestre	Maior idade	\$90	M
	Mestre e contramestre	Maior idade	\$40	M
Calçado	Mestre e contramestre	Maior idade	\$80	M
	Sapateiro	Maior idade	\$55	M
	Sapateiro	Menor idade	\$06	M
	Sapateira	Maior idade	\$20	F
	Sapateira	Menor idade	\$08	F
Madeira e do mobiliário	Fogueiro	Maior idade	\$85	M
	Fogueiro	Menor idade	\$50	M
Tipografia	Compositor	Maior idade	\$40	M
	Compositor	Menor idade	\$12,5	M
	Impressor	Maior idade	\$48,8	M
	Impressor	Menor idade	\$12	M
	Livreiro	Maior idade	\$36,5	M

Fonte: elaboração própria com base na informação do *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116 [1926], p. 120 e ss.

Note-se que, de acordo com esta tabela, os operários menores de idade recebiam cerca de $\frac{1}{4}$ ou metade do que os operários maiores de idade auferiam. Porém, não foram encontradas reivindicações de aumento salarial feitas apenas pelos operários menores de idade – o que poderá indicar que esta seria uma prática aceite. Demais, estes números representam o ordenado de um dia de trabalho, o que não permite fazer uma análise comparativa entre os salários do operariado, pois não há dados relativos ao valor/hora que se recebia ou ainda dados que permitam fazer esses cálculos. Estas informações, ainda que sendo exemplos isolados, indicam-nos os baixos salários que o operariado de Braga auferia, o que explicava as suas constantes reivindicações de aumento salarial (veja-se o gráfico 1). Todavia, os salários mesmo que aumentados, acabavam por se tornar diminutos. Como esclarece José Pacheco Pereira, “o nível do salário do trabalhador português é baixíssimo, e se muitas vezes o salário nominal sobe, o salário real desce, na medida em que está estritamente ligado com o preço dos bens de consumo e, no caso do trabalhador português, particularmente da habitação e alimentação” (PEREIRA 1971: 16).

Gráfico 1 - Greves relacionadas com a questão salarial, em Braga, durante a I República



Fonte: ESCADAS 2017: 145.

As greves relacionadas com a questão salarial começaram a intensificar-se durante o período da I Guerra, devido ao problema da carestia de vida, que

de 1914 a agosto de 1917 sofreu um aumento de cerca de 66% (OLIVEIRA 1976: 89). O custo de vida subiu vertiginosamente no pós-guerra, não se verificando o mesmo para os salários, o que explica o elevado número de greves por aumento salarial neste período. Note-se que, depois de 1920, o operariado bracarense deixou de realizar greves contra a descida dos salários, apenas havendo duas reclamações por esse motivo, possivelmente porque ou os industriais já pagavam aos seus operários o mínimo possível ou não baixavam os salários por receio de que se declarasse uma greve. Quanto aos resultados das greves, os industriais acederam às reclamações de aumento salarial 19 vezes, tendo apenas recusado esses pedidos quatro vezes. Por outras palavras, o que explicava as constantes reclamações de aumento salarial era o facto de o salário recebido não acompanhar a carestia de vida, especialmente no período pós-guerra, como mostra a seguinte tabela:

Tabela 2 - Evolução dos salários e do custo de vida

Ano	Salário (índice)	Custo de vida (índice)
1914	100	100
1915	140	111,5
1916	167	137,1
1917	225	162,3
1918	270	292,7
1919	317	316,8
1920	400	551,6
1921	750	816,7

Fonte: PEREIRA 1971: 46.

Nestas circunstâncias, havia patrões que aumentavam o salário dos seus operários, sem estes terem feito qualquer reclamação. É o caso dos industriais da Taxa & Faria, importante fábrica de chapéus bracarense, que em 1915 “resolveram aumentar 10 por cento aos salários de todo o seu pessoal, atendendo à carestia da vida, que assoberba a população do país. O gesto altruísta dos importantes industriais é digno de louvor e imitação” (*Comércio do Minho*, 28/12/1915: 2). Apesar de esse ser um gesto de louvor, só foi noticiado mais um caso do género, desta vez de um industrial de marcenaria, cujos trabalhadores, em assembleia geral da respetiva associação de classe, iriam “agradecer [...] o aumento de salário feito aos seus operários em face da carestia de vida” (*Ecos do Minho*, 06/02/1917: 3). Estes casos de aumento espontâneo do salário foram os únicos noticiados, provando que eram os operários que teriam

de lutar para melhorar as suas condições de vida, não esperando que os seus patrões lhes oferecessem tais benefícios.

A habitação e os bairros operários

A criação e a tentativa de criar bairros operários com habitações com condições mínimas de higiene que os trabalhadores pudessem pagar, foi uma preocupação partilhada pelo próprio operariado e pelos governos republicanos, apesar de já existirem bairros construídos por iniciativa privada. Aliás, terá sido a partir da República que o Estado se interessou em construir bairros operários, até porque “o regime republicano, confrontado com a crescente vaga de movimentos sociais e de greves, viu-se obrigado a contemporizar com as classes operárias, que constituíam um segmento importante da sua base social de apoio” (TEIXEIRA 1992: 76). Foi com o governo sidonista, com a tensão da questão social, que começaram as iniciativas do Estado de construir bairros operários, a começar pela publicação do Decreto n.º 4137, de 25 de abril de 1918. Contudo, tanto as iniciativas das Câmaras como do Estado não tiveram os resultados esperados e, não obstante ter aumentado o número de bairros operários de iniciativa privada, este crescimento não acompanhou o ritmo da industrialização, pelo que os trabalhadores continuaram a viver em condições miseráveis (MARQUES e RODRIGUES 1991: 211 e ss.). A imprensa operária narrava esses casos de miséria. O semanário anarquista português *A Comuna*, descrevia, de uma maneira geral, que

o proletário mora em caves profundas onde mal chega o ar, se é que ele lá chega, ou então em quintos e sextos andares onde chegam esfalfados e derreados e onde muitas vezes não têm uma cadeira confortável para descansarem um momento só que seja, e onde não existe mais do que uma ou duas divisões ou então umas três ou quatro, mas para duas e três famílias, com uma reles e malcheirosa pia dentro da casa, se é que não têm que fazer os despojos no pátio por nem pia terem em casa, ou então vai todas as manhãs uma carroça da câmara buscar-lhes os detritos que têm que guardar durante todo o dia dentro de uma tigela (*A Comuna*, 01/05/1921: 4).

Estas palavras não são exageradas. A introdução do decreto acima citado justificava a necessidade da construção de casas baratas e higiénicas para o operariado pelo facto de os operários serem compelidos “a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que

as habitam” (*Diário do Governo*, 25/04/1918: 451). O decreto afirmava ainda que era a falta de casas baratas que levava à

junção de duas e três famílias em verdadeiros antros, sem as menores condições de asseio ou de conforto, a instalação de muitas pessoas em pequenos cubículos, ou até mesmo num único compartimento, por vezes numa promiscuidade de sexos que destrói todas as noções da moral, e isto sem que um raio de sol ou uma lufada de ar aí entre, porque essas habitações da miséria são, em geral, subterrâneas, ou levantam-se à beira de vielas húmidas e estreitas, onde escorrem os mais nauseantes detritos (*Diário do Governo*, 25/04/1918: 451).

Em Braga, os alvites para a construção de um bairro operário começaram a ser noticiados em 1913: em setembro desse ano, a Federação das Associações Operárias decidiu, numa reunião, pedir à Câmara Municipal para não descurar os bairros operários (*Ecoss do Minho*, 18/09/1913: 3). Mas a Câmara só dispensaria atenção à questão no ano seguinte. Em julho de 1914 noticiava-se que a Câmara Municipal iria dedicar uma parte do empréstimo de 650 contos à construção de um bairro operário, junto do cemitério, sendo a construção do bairro iniciada em outubro de 1914, aquando da inauguração das novas linhas dos elétricos (*Comércio do Minho*, 25/07/1914: 1-3; *Imparcial*, 24/10/1914: 2). A Câmara tinha a intenção de tornar este bairro operário o primeiro de muitos. Na inauguração da construção deste bairro operário, em outubro de 1914, o presidente da Câmara,

dirigindo-se ao sr. Aurélio Rodrigues, presidente da Associação [de Classe] das Quatro Artes da Construção Civil, disse que o lançamento da primeira pedra para aquele bairro era o início da obra que em favor do operariado o município tem o mais ardente desejo de realizar. [...] À maneira que os recursos o permitam, àquele seguir-se-ão outros bairros, onde o operariado encontrará habitação módica e *relativamente cómoda e higiénica*. [...] O sr. Aurélio Rodrigues, em nome das classes operárias, proferiu algumas palavras de agradecimento, levantando um viva à câmara de Braga, a que o sr. Lopes Gonçalves correspondeu com outro ao operariado, sendo levantados vivas ao sr. Lopes Gonçalves e à República (*Imparcial*, 24/10/1914: 2). *Itálico nosso*.

Apesar do contentamento dos operários e da Câmara Municipal, em 1916 este bairro ainda não estava concluído: foram apenas dez casas que se come-

çaram a construir, havendo ainda o risco de as casas desmoronarem se a sua construção não fosse terminada (*Ecos do Minho*, 09/05/1916: 2). Em 1919 a situação mantinha-se. Nas comemorações do 1.º de Maio, uma das reclamações do operariado foi precisamente que o município terminasse a construção do primeiro bairro operário (*A Batalha*, 06/05/1919: 3) Mais tarde, em agosto, “o vereador municipal sr. Manuel Ferreira Capa foi ao Porto avistar-se com o sr. ministro do trabalho, pedindo-lhe a construção de um bairro social nesta cidade” (*Comércio do Minho*, 31/08/1919: 2). O Ministro prometeu providências mas, mais uma vez, nada foi feito.

Haveria justificação para o facto? A não-conclusão do bairro operário não foi causada pela falta de verba, uma vez que a Câmara contraiu empréstimos especificamente para o efeito: um, em 1914, como já vimos acima, e outro, em 1916, no valor de 30 mil escudos (*Ecos do Minho*, 14/09/1916: 2). Em 1913, um articulista d’*A Defesa Operária* asseverava que se os burgueses vivessem nas condições em que o operariado vivia, “decerto se apressariam a procurar remédio imediato para que a edificação de casas baratas e higiénicas, fosse um facto” (*A Defesa Operária*, 21/12/1913: 1). O mesmo articulista culpava, igualmente, os operários por esta situação:

Os operários, porém, são um bocadinho culpados, porque afeitos à pas-maceira, esperam que terceiros lhes tratem do que tanto necessitam, em vez de também procurarem com o seu esforço, contribuir quanto possível, para darem um impulsozinho a esta importantíssima questão. Se todos cumprissem com o seu dever, estavam afiliados nas suas associações de classe, iniciando uma espécie de fusão das associações para entre todos e em harmonia com os capitais, contribuírem para a edificação de casas baratas. Por outro lado não lhes era difícil organizar cooperativas com o mesmo fim, incluindo cooperativas de consumo, cujos saldos apurados nas vendas, fossem obrigatoriamente destinados à construção de casas (*A Defesa Operária*, 21/12/1913: 1).

Todavia, o operariado movimentava-se para resolver a questão da habitação. Em setembro de 1922, os operários bracarenses promoveram uma reunião para organizar uma “sociedade por meio de ações a fim de construir em Braga casas baratas para habitação de famílias pobres” (*Diário do Minho*, 05/09/1922: 1). Sabemos que, tal como a ação da Câmara Municipal, esta iniciativa operária de construir casas baratas também não viu resultados. Quer os operários, quer as Câmaras, quer os “capitais privados” não podiam construir sem a ajuda do Estado os bairros sociais. E, apesar da publicação de vários decretos e da

aparente boa vontade dos governos em ajudar, a falta de planeamento e a má administração das entidades políticas nesta questão fizeram com que os bairros operários em Braga não chegassem a ficar concluídos durante a I República.

A crise de trabalho e a emigração

A crise económica explicava a crise de trabalho que se fazia sentir em Braga, sobretudo durante e após a I Guerra. Esta crise afetava em especial a indústria chapeleira, apesar de outros sectores também terem sofrido, como foi o caso da construção civil e da alfaiataria. Nesta situação, os industriais recorriam à diminuição de salários, à redução dos dias de trabalho ou ainda à paralisação das suas fábricas. Vejamos estes casos: em 1916, os operários chapeleiros não tinham “trabalho toda a semana, e outro tanto sucede aos alfaiates” (*Ecos do Minho*, 27/01/1916: 2); na fábrica de chapéus Taxa & Faria, os operários trabalhavam apenas quatro dias por semana porque as vendas de chapéus diminuíram devido à sua carestia (*Ecos do Minho*, 13/05/1916: 2).

Esta conjuntura chegava a ter consequências ainda mais graves, quando os operários eram despedidos e viam-se na situação de mendigar para se conseguirem sustentar. Foi o caso dos operários chapeleiros, que circulavam pela cidade “pedindo esmola aos comerciantes, proprietários e capitalistas” (*Comércio do Minho*, 15/05/1916: 3). A Fábrica Social Bracarense, outra chapelaria, também foi afetada por esta crise: em junho de 1916, 40 operários da dita fábrica andaram a esmolar pelas ruas da cidade por não terem trabalho (*Comércio do Minho*, 17/06/1916: 3). Poucas semanas depois, noticiava-se que 27 operários

foram despedidos do trabalho naquela importante casa industrial [e] entregaram ao sr. governador civil deste distrito uma representação em que expõem verem-se obrigados a estender a mão à caridade pública para não morrerem de miséria, com suas esposas e filhos, solicitando ao mesmo tempo providências para que tão confrangedora situação seja remediada o quanto possível. S. ex.^a recebeu atenciosamente os pobres operários, a quem prometeu todo o auxílio dando-lhes um donativo com que possam minorar a sua miséria (*Ecos do Minho*, 06/07/1916: 2).

A mendicidade era, de facto, uma situação que os operários tentavam evitar ao máximo e que só as circunstâncias os obrigavam a tal. Em maio de 1916, a Associação de Classe dos Operários Chapeleiros decidiu que grupos de operários deixassem de esmolar pelas ruas, constituindo-se uma comissão

de cinco membros para angariar donativos, com a autorização do Governador Civil (*Ecos do Minho*, 16/05/1916: 2). Mesmo com a ajuda do chefe do distrito, a situação dos operários chapeleiros não melhorou, já que passados uns dias voltaram a “esmolar pelas ruas, por ter paralisado o trabalho nas fábricas em que se empregavam” (*Comércio do Minho*, 23/05/1916: 2).

Numerosos operários a mendigar pelas ruas de Braga seria uma cena digna de compaixão. Um articulista dos *Ecos do Minho* admitia que “a mendicidade do operário a quem se paralisou o trabalho, é-nos mais dolorosa que nenhuma outra” apelando ao Governo para que resolvesse a crise (*Ecos do Minho*, 16/06/1916: 1). Mas havia também quem pensasse que os operários poderiam resolver a sua situação, não se justificando o facto de pedirem esmola pelas ruas:

Claro está que não têm que fazer nas fábricas e oficinas, onde a crise de trabalho é cada vez maior, mas havendo em que empregar a sua atividade em ramos diferentes daqueles a que se dedicam, não procuram por esse modo atenuar o mal que tão profundamente os afeta e a suas famílias. [...] se fossem convidar esses operários mendigos a irem dedicar-se aos serviços agrícolas, logo se recusariam a fazê-lo. [...] Há tantos operários honestos por aí, chefes de família exemplares, que vendo-se em luta com a situação difícil que a sua classe atravessava, se foram dedicar a outros géneros de trabalho para assim angariarem o indispensável à vida: esses são extremamente simpáticos, tornam-se dignos da benemerência pública, merecem que lhes dispensemos o nosso auxílio (*Comércio do Minho*, 03/03/1917: 1).

A agricultura, efetivamente, sofria com a falta de mão-de-obra, a ponto de o Ministério do Interior, em maio de 1917, recomendar aos governadores civis e aos administradores do concelho que não passassem guias autorizando os operários a irem para Espanha, “visto fazerem falta no país para o serviço da agricultura” (*Comércio do Minho*, 17/05/1917: 2). Ainda assim, soluções foram tentadas para minorar as consequências desta crise para os operários. Em 1915, a Comissão Municipal Republicana pediu à Câmara Municipal que colaborasse no seu pedido ao Governo de uma subvenção, com o objetivo de ajudar os operários a lutarem contra a falta de trabalho e carestia de vida (*Comércio do Minho*, 12/01/1915: 2). Não há notícias sobre se o Governo atendeu este pedido – mas, como veremos agora, seria a nível da política local que se tentaria resolver este problema.

Em 1916, o Governador Civil reuniu-se com “numerosos cavalheiros, representando o capital, a propriedade, o comércio, a indústria, o funcionalismo e outros ramos da atividade local”, com o propósito de “valer às classes proletárias,

atenta a carestia de géneros e a falta de trabalho nalgumas indústrias” (*Comércio do Minho*, 20/05/1916: 3). Ficou resolvido que a comissão constituída nessa reunião nomeasse, por sua vez, comissões paroquiais e, através destas, fossem distribuídas senhas para a obtenção de géneros (*Comércio do Minho*, 20/05/1916: 3). Não foram convidados representantes das classes proletárias à reunião, o que é curioso, pois eram as principais interessadas no assunto. A justificação para este facto seria, na perspetiva do semanário anarquista *A Aurora*, uma falsa filantropia da parte da burguesia:

As lamentações de dó pela miséria alheia não são mais do que uma máscara de ódio e repugnância que nutrem contra a classe que luta há milhares de anos para se emancipar das garras do capitalismo opressor; [...] Nada de ilusões, quando o capitalismo vem ao encontro do trabalhador exausto não é para lhe dar energia de que careça mas para retardar a marcha que lhe aproxima o fim do seu império. [...] Quando muito, fará coro com esses filantropos de exploração, e o seu nome brilhará nas colunas dos jornais como um benemérito da humanidade inscrevendo-se com cinco tostões para socorrer a miséria dos filhos dos seus explorados (*A Aurora*, 23/04/1911: 1).

Sendo a sua generosidade sincera ou não, o facto é que as entidades políticas tentaram ajudar os operários que sofriam com esta crise. Apesar de, em junho de 1916, o Governador Civil ter colocado à disposição da comissão de assistência 60 mil réis provenientes do lucro da venda de açúcar (*Ecos do Minho*, 04/06/1916: 3), a comissão não atingiu os fins esperados: em dezembro do mesmo ano, alguns meses depois de ter sido constituída, a comissão foi dissolvida, “porque não há facilidade de evitar que a mendicância se exerça e conseguir que todos contribuam para os trabalhadores desempregados com os donativos que subscreveram” (*Gazeta de Braga*, 31/12/1916: 2). Esta comissão foi dissolvida, mas logo outra se lhe seguiu. Em 1917, a nova comissão de assistência entregou ao industrial de alfaiataria Manuel António Ribeiro 44\$500 réis para serem distribuídos aos operários sem trabalho, sendo 36 o número de contemplados por esta iniciativa (*Ecos do Minho*, 15/05/1917: 2). O Arcebispo Primaz também se interessou pela questão e, em janeiro de 1917, constituiu-se em Braga, por sua iniciativa, uma Sopa dos Pobres, para “socorrer os indigentes e os operários sem trabalho” (*Ecos do Minho*, 10/01/1917: 2).

Os donativos seriam, efetivamente, uma ajuda para os operários mas, sendo apenas uma solução temporária, não resolveriam por si só a crise que sofriam. Em 1918, o Governo interessou-se pela crise de trabalho, publicando um decreto (n.º 4465, de 27 de junho de 1918) que mandava os governadores

civis e administradores do concelho nomearem “comissões encarregadas de organizarem o recenseamento de todos os indivíduos que não trabalham e as causas que justifiquem a sua situação” (*Comércio do Minho*, 29/06/1918: 2). O objetivo deste decreto era de organizar a Assistência Pública, providenciando um meio de ajuda aos operários sem trabalho. Em Braga, não sabemos a aplicabilidade que o decreto teve, até porque as tentativas de ajudar os trabalhadores desempregados eram feitas a nível local e, por vezes, privado, como o caso de operários que publicavam anúncios na imprensa para aliviar a sua situação (veja-se, por exemplo, *Comércio do Minho*, 03/01/1914: 2).

Apesar destas iniciativas, a crise de trabalho ainda continuava em 1919. Durante o período da Monarquia do Norte, o Governador Civil conferenciou com os industriais para darem trabalho seguido aos seus operários; os industriais acederam ao pedido, exceto os da chapelaria, “os quais com provas manifestas, declararam que só podiam dar trabalho aos seus operários durante dous dias por semana” (*Ecos do Minho*, 12/02/1919: 2). Mais tarde, já com a República restaurada, a Câmara Municipal decidiu abrir uma inscrição para todos os operários sem trabalho que desejassem empregar-se nos serviços de limpeza de Braga (*Comércio do Minho*, 16/03/1919: 2).

Pelo que acima ficou exposto, não podemos dizer que as entidades políticas bracarenses tinham falta de interesse por esta questão, se não por compaixão pelos operários, pelo menos pela “estética” de acabar com a mendigagem na cidade mas, na realidade, essas medidas não tiveram os resultados desejados. Em 1921, esta crise de trabalho continuava e um articulista do *Notícias do Norte* indignou-se com a mendicidade operária, uma vez que os operários poderiam ter evitado essa circunstância, afirmando que “desde o princípio da crise de fartura nós vínhamos recomendando muita cautela, porque o reverso tinha de dar-se, inevitavelmente, que gatassem o menos possível, que trabalhassem o máximo e fizessem economias” (*Notícias do Norte*, 28/07/1921: 2). Mas que economias o operariado poderia fazer, se mal ganhava para se sustentar, como já vimos acima?

Os operários não tinham como evitar esta crise, que ainda subsistia em 1925, continuando os chapeleiros a ser os principais afetados. Em janeiro desse mesmo ano, um grupo de industriais de chapelaria apela para que o Governador Civil tome providências para resolver a crise da indústria, afirmando que “as fábricas de chapéus estão a dar apenas 3 dias de trabalho por semana para depósito, e que, por falta de vendas, serão em breve obrigadas a cessar a sua laboração”; o chefe do distrito prometeu realizar iniciativas para que centenas de operários não ficassem sem trabalho e, em consequência, na miséria (*Diário do Minho*, 16/01/1925: 2). Já vimos que as entidades políticas pouco

podiam, ou queriam, fazer para resolver esta crise. Sabendo que a assistência da burguesia pouco lhes valia, os operários consideravam que a solução deste problema estaria nas suas mãos. O periódico *A Batalha* admitia que

A despeito da ação desenvolvida pelo proletariado, a despeito das inúmeras sessões e comícios que por todo o país se realizaram acerca da crise de trabalho, esta continua na mesma. [...] A crise, dentro do regime ferozmente capitalista em que vivemos, só poderá ser atenuada se o povo trabalhador, exercendo uma forte pressão sobre a burguesia, conseguir fazer com que a finança, o comércio e a indústria abdicuem um pouco do seu egoísmo, das suas ambições, tendo mais em conta os interesses da coletividade. [...] Só a ação bem coordenada e inteligente das massas trabalhadoras pode obrigar os industriais a interessar-se pelas indústrias e não apenas pelos seus lucros, e os governos a transformar em factos as palavras que, por enquanto, não têm passado de promessas (*A Batalha*, 26/02/1925: 1).

Os operários bracarenses tentaram essa ação bem coordenada e inteligente. Em 1924, numa reunião convocada pela União dos Sindicatos Operários de Braga para tratar da crise de trabalho, o delegado dos operários chapeleiros admitia que “só uma forte agitação despertará o operariado e levará as entidades competentes a ter em maior conta a situação dos trabalhadores”; já o delegado dos manufatores de calçado culpava o patronato pela redução dos salários, “imputando-lhe a responsabilidade do que possa suceder” (*A Batalha*, 17/12/1924: 4)³. Os operários tinham, portanto, que lutar pela resolução da crise, considerada uma consequência do regime capitalista. E, como tal, para resolver a crise teria de se acabar com o capitalismo:

E tudo isto devido à perversidade do regime capitalista, que faz crescer ininterruptamente a onda dos sem-trabalho. O patronato fazendo paralisar um dia e outro dia os diversos ramos da atividade industrial e comercial, lança à rua novas vítimas. [...] A onda dos sem-trabalho cresce, mas é preciso que ela cresça e tome a necessária consciência revolucionária, a fim de pôr termo aos angustiosos tormentos que o regime capitalista impõe aos que trabalham (*A Internacional*, 10/01/1925: 2).

A emigração, para muitos operários, foi a solução possível para minorar os efeitos da falta de trabalho. O operariado bracarense emigrou principalmen-

³ Nessa reunião ficou resolvido organizar-se um comício de protesto contra a crise de trabalho, que não chegou a realizar-se (ou, pelo menos, não foi noticiado).

te entre 1916 e 1918, para Inglaterra e França, em consequência da falta de mão-de-obra naqueles países por causa da I Guerra. Eram os Governos inglês e francês, aliás, que solicitavam ao Governo português o envio de operários para aqueles países (ALVES 1988: 322 e 331). Em 1916, estavam a ser recrutados para Inglaterra

uma grande quantidade de serradores ou carpinteiros serradores, para derrubarem árvores nas matas britânicas, sendo fornecido a esses homens passaporte, caminho-de-ferro até Lisboa, viagem por vapor e casa para habitação, tudo grátis, gastando apenas os interessados uma pequena importância na preparação dos seus papéis (*Ecos do Minho*, 12/05/1916: 3).

Para França, para trabalharem no fabrico de munições, as condições eram quase idênticas: os operários não arcavam com as despesas e o salário seria cerca de 1600 réis por dia (*Ecos do Minho*, 10/01/1917: 2). O Governo português concedia licenças para os operários poderem trabalhar em França, promulgando a portaria 807 de 28 de outubro de 1916 que “regulou essas permissões e estabeleceu um curador para os trabalhadores”, para lhes dar assistência ou orientação conforme necessário (*Ecos do Minho*, 18/01/1917: 1). Apesar de serem contratados para o fabrico de munições, o Governo francês poderia mudar os operários para outras fábricas ou para outros serviços, conforme a necessidade de fabrico ou a competência do operário (*Ecos do Minho*, 20/01/1917: 1). Mesmo assim, as condições eram atrativas:

Antes da partida será entregue a cada homem 1\$20 para o seu sustento durante a viagem e dois maços de cigarros. Ao chegarem a França receberá mais cada operário ou trabalhador 5\$500 e no fim de 6 meses, prazo por que cada homem vai alistado, receberá mais cada homem 25 francos, como prémio de estar 6 meses, e mais 125 francos para a sua vinda para Portugal, querendo vir e se não, pode justar-se novamente na mesma fábrica ou noutra onde ganhe mais, recebendo sempre em qualquer caso 150 francos. A diária por que vão alistados é de 5 a 6 francos que, no câmbio atual em Portugal, representa réis 1\$600. A casa e cama é grátis e a comida será fornecida por cooperativas e por preços módicos [...]. Os operários portugueses são também equiparados aos franceses, tanto em incidentes de trabalho, como em ordenados (*Ecos do Minho*, 21/02/1917: 2). *Itálico no original*⁴.

⁴ Segundo a portaria 807, de 28 de outubro de 1916, os operários receberiam 5 escudos de prémio, e não 5\$500, ao chegarem a França. A mesma portaria não refere o salário que os operários iriam auferir nem faz referência aos 125 francos que os operários receberiam para o seu regresso a Portugal.

Com estas condições vantajosas, foi grande o número de operários que, em fevereiro de 1917, se inscreveu para trabalhar no estrangeiro. Em Braga, de acordo com o *Comércio do Minho*, foram cerca de 500 operários que se inscreveram para ir trabalhar em França (*Comércio do Minho*, 06/02/1917: 2). Destes 500, as notícias confirmam que foram 253 os operários que seguiram viagem para aquele país (*Comércio do Minho*, 22/02/1917: 2), seguindo-se mais operários em março do mesmo ano (*Ecos do Minho*, 18/03/1917: 2). O recrutamento era feito através da Agência Moreira, agência de emigração, onde depois os operários eram inspecionados por um delegado do Governo francês e por médicos (*Ecos do Minho*, 04/02/1917: 3). Passando na inspeção, o Governo português teria de autorizar a saída dos operários para o estrangeiro, autorização que era enviada ao Governo Civil (*Ecos do Minho*, 10/02/1917: 3).

Para trabalhar na Inglaterra, o processo era o mesmo: inscrição na Agência Moreira, inspeções feitas por um delegado do Governo inglês e por médicos e, supomos, autorização do Governo português para partirem para o estrangeiro. Não há dados que afirmem que seria necessária a autorização do governo para os operários partirem para Inglaterra, mas cremos que o procedimento seria o mesmo, até pela similaridade dos restantes passos. Para aquele país, seguiram, em março e abril de 1917, cerca 250 operários serradores (*Ecos do Minho*, 17/04/1917: 2). O número de operários bracarenses que emigravam ia aumentando constantemente, pois “a crise do trabalho que assoberba o operariado, e a miserável retribuição do trabalho em face das circunstâncias atuais, obriga-os a procurar desafogo à vida longe da Pátria e dos seus” (*Ecos do Minho*, 09/08/1917: 2): saliente-se que a imprensa nem sempre chegava a dar esses números, dizendo apenas que um “grande número” ou “algumas dezenas” de operários partiam para o estrangeiro. Os trabalhadores, portanto, esperavam encontrar esse desafogo no estrangeiro. O *Ecos do Minho* publicou, de um operário que foi para França, o seguinte testemunho:

O meu trabalho aqui não pode ser melhor pois tenho dias em que só trabalho três horas pois ocasiões há em que pego às 7 horas e largo às 9 e depois só começo à 1 hora até às 2 e não torno a trabalhar mais; agora vou trabalhar de noite são dia 1/2, eu estou em terra de ganhar dinheiro porque não se pode beber tanto. Eu o que me admira é uma nação que anda em guerra e comer-se como se come e barato isto tudo do melhor (*Ecos do Minho*, 20/01/1917: 1).

Mas nem todos os operários se adaptavam ao novo trabalho ou ao novo país. Uma notícia publicada no *Liberal* e citada pelos *Ecos do Minho* afirmava que

contratados para o fabrico de munições, os operários portugueses têm sido empregados na construção de casas, descarga de vagões, etc... Os artigos de contrato não são cumpridos, e ainda não lhes apareceu o curador que lhes disseram terem em França. Se algum recusa o trabalho por ser pesado (tendo sido contratado para outro) é entregue às autoridades militares (*Ecos do Minho*, 18/01/1917: 1).

Casos parecidos também se passavam em Inglaterra. Jorge Fernandes Alves afirma que, daquele país, a partir de março de 1918, regressaram cerca de 2000 operários (do Porto e de Braga) a Portugal “descontentes com o não cumprimento dos contratos” (ALVES 1988: 331). Todavia, a notícia do *Ecos do Minho* foi desmentida – ou, melhor, justificada. O jornal admitia que aquilo se passava, mas por culpa dos próprios operários, que se alistaram sem terem as aptidões requeridas para a realização do novo trabalho, considerando o contrato de trabalho em França “uma empresa séria e muito favorável aos operários portugueses que possuem verdadeira competência técnica. Os que se alistaram sem competência, e sem hábito de trabalhos manuais é que podem estar descontentes, mas queixem-se de si próprios, que são os únicos culpados” (*Ecos do Minho*, 20/01/1917: 1). Parece-nos provável que, devido às condições atrativas do contrato de trabalho, vários operários sem as capacidades necessárias se inscrevessem para trabalhar no estrangeiro; contudo, não nos parece plausível que esses mesmos operários passassem nas inspeções que eram feitas pelos médicos e pelos delegados do Governo francês. O que acontecia, supomos, era que alguns operários não se adaptavam ao seu novo trabalho.

Para alguns operários a vida não era fácil no estrangeiro, para outros a vida tornou-se ainda mais difícil enquanto não partiam para os outros países. Em abril de 1917, um grupo de operários apelou ao Governador Civil, “pedindo a sua proteção, em consequência de terem sido despedidos das casas onde trabalhavam logo que se divulgou o seu propósito de emigrar” (*Comércio do Minho*, 21/04/1917: 2). Foi a única informação que encontrámos sobre o assunto, mas é possível que acontecessem mais casos deste género, demonstrativos da arbitrariedade que o operariado ia sofrendo.

Ainda assim, os operários bracarenses continuavam a tentar a sua sorte no estrangeiro. Em fevereiro de 1920, o presidente da Câmara Municipal telegrafou ao presidente do Ministério a pedir providências contra a emigração de operários, sendo que “o aumento da emigração resulta das dificuldades, também crescentes, que os operários encontram, para viver, dentro do país. Enquanto essas dificuldades não forem remediadas, não há providências possíveis” (*Comércio do Minho*, 08/02/1920: 2). A crise de trabalho era, de facto,

o principal motivo pelo qual os operários emigravam. Em 1925, um articulista do jornal *A Batalha*, ao comentar o facto de o ministro da Agricultura ter dito que não se conseguiria resolver a crise de trabalho sem recorrer à emigração, reconhecia que a

emigração poderia porventura, pela redução dos desempregados que cá ficavam, ser um excelente expediente para o governo; mas em que situação ficariam os emigrados? [...] A emigração é um recurso extremo, desesperado. Lembrá-lo é mostrar que se não tem nenhum expediente para resolver o problema. Trabalho é que é necessário. O nosso desejo é que de forma nenhuma se repitam espetáculos como o dos cortejos de desempregados, que representa uma humilhação não apenas para o operariado como para a própria espécie humana. [...] Mas a desculpa de que a falta de emigração é que é o mal e deixar como único recurso aos desempregados o peditório nas ruas é o que há de mais lamentável como processo de remediar a atual situação (*A Batalha*, 08/01/1925: 1).

Conclusão

Como já foi mencionado, a promessa de melhores condições de vida foi uma das razões que levaram os operários a apoiar a implantação da República, porém essas promessas não foram cumpridas. A mudança de regime não melhorou substancialmente as condições de vida e de trabalho do operariado bracarense, o que explicava a sua contestação aos governos republicanos.

O horário foi uma das questões que mais interessaram os operários, já que o dia de trabalho poderia prolongar-se por 10, 11 ou 12 horas em fábricas insalubres e com reduzidas condições de higiene. A construção civil foi uma das classes operárias bracarenses que mais sofreram com a prática de longos horários, o que justificava o facto de, ao longo da I República, terem realizado cinco greves e três reclamações pela diminuição das horas de trabalho. Não era apenas na construção civil que se efetuavam longos horários: a imprensa relatava que em Braga os marceneiros, metalúrgicos, barbeiros, tamanqueiros e costureiras também sofriam com esta prática. As referências encontradas tanto nos jornais operários como generalistas são a única fonte para esta questão, já que nas estatísticas oficiais não constam dados sobre o horário de trabalho do operariado de Braga. De qualquer maneira, estes exemplos são significativos, pois mostram que os trabalhadores bracarenses, tal como os seus colegas de outras cidades, enfrentavam longos horários impostos não só pelos patrões,

mas também pela conjuntura económica.

A questão do salário era a principal preocupação do operariado: em Braga, 32 das 79 greves realizadas durante o período em análise incluíam nos seus motivos o aumento salarial e 56 das 166 reclamações foram feitas pelo mesmo motivo. As informações encontradas sobre os salários que os operários bracarenses auferiam são exíguas, porém são exemplos importantes para verificar as suas precárias condições de vida e de trabalho. O baixo valor que os trabalhadores recebiam explicava as suas persistentes reclamações de aumento salarial. No entanto, ainda que aumentados, os salários acabavam por se tornar diminutos por não acompanharem a carestia de vida, que de 1914 a 1917 subiu cerca de 66%. Por outras palavras, o que justificava os constantes protestos pelo aumento salarial era o facto de o salário recebido não acompanhar a subida da carestia de vida, sobretudo durante os anos da I Guerra.

A criação e a tentativa de criar bairros operários com habitações que possuísem condições mínimas de higiene que os trabalhadores pudessem pagar foi uma preocupação partilhada pelo próprio operariado e pelos governos republicanos, apesar de já existirem bairros construídos por iniciativa privada. Durante a I República, foi com o governo sidonista, com o agravamento da questão social, que começaram as iniciativas do Estado de construir bairros operários. Porém, tanto as diligências das Câmaras Municipais como do Estado não tiveram os resultados esperados e, embora tenha aumentado o número de bairros operários de iniciativa privada, este crescimento não acompanhou o ritmo da industrialização, pelo que os trabalhadores continuaram a viver em condições precárias. Em Braga, as sugestões para a construção de um bairro operário começaram a ser relatadas em 1913, mas a Câmara só dispensaria atenção ao assunto no ano seguinte, quando se iniciou a construção de um bairro operário em outubro de 1914, que não foi concluído durante a I República, devido à falta de planeamento e à má administração das entidades públicas.

A crise económica explicava a crise de trabalho que se fazia sentir em Braga, sobretudo durante e após a I Guerra. Esta crise afetava especialmente a indústria chapeleira, apesar de outros setores terem sofrido com a falta de trabalho, como foi o caso da construção civil e da alfaiataria. Nesta situação, os industriais recorriam à diminuição do salário, à redução dos dias de trabalho ou ainda à paralisação das suas fábricas. Esta conjuntura chegava a ter resultados ainda mais graves, quando os operários eram despedidos e viam-se na situação de mendigarem pelas ruas da cidade. Em junho de 1918, o Governo publicou o Decreto n.º 4465, que mandava os governadores civis recensearem todas as pessoas com falta de trabalho, com o objetivo de organizar a Assistência Pública. Desconhece-se a aplicabilidade que este decreto teve em Braga, até

porque as tentativas de ajudar os operários desempregados eram feitas a nível local e, por vezes, privado. A falta de trabalho continuaria a subsistir, sendo que alguns periódicos anarquistas aconselhavam o operariado a lutar pela resolução da crise, considerada uma consequência do regime capitalista. E, como tal, para resolver a crise teria de se acabar com o capitalismo. Todavia, para muitos operários, a emigração foi a solução possível para minorar as consequências da crise de trabalho. O operariado bracarense emigrou sobretudo entre 1916 e 1918 para Inglaterra e França, resultado da falta de mão-de-obra que se verificava naqueles países por causa da I Guerra.

Ressalve-se que grande parte das citações da imprensa aqui apresentadas é dos anos correspondentes à participação portuguesa na I Guerra, o que poderá indicar que foi durante esse período que os operários bracarense mais sofreram os efeitos da crise económica, como a falta de trabalho, a redução de salários e a emigração como tentativa de minorar as consequências dessa crise. Para estudar as condições de vida do operariado deveria ter-se em conta três elementos: “a variação dos salários nominais, a evolução do custo de vida e os salários reais” (MARTINS 1997: 510) – esses dados sobre a cidade de Braga não foram encontrados, devido às limitações já descritas acima, pelo que usámos os relatos das fontes disponíveis sobre este tema, que nos permitiram, contudo, deslindar as condições precárias do proletariado bracarense.

Bibliografia

Fontes impressas:

- Aurora* (A), anarquista, Porto, 1911.
Batalha (A), anarcossindicalista, Lisboa, 1922, 1924-1925.
Boletim do Trabalho Industrial, n.º 116, Lisboa, 1926.
Comércio do Minho, generalista, Braga, 1913-1919.
Comuna (A), anarquista, Porto, 1921.
Defesa Operária (A), anarquista, Porto, 1910, 1913.
Diário do Governo, I série, Lisboa, 1916, 1918-1919.
Diário do Minho, generalista, Braga, 1922, 1925.
Ecos do Minho, generalista, Braga, 1915-1919.
Gazeta de Braga, generalista, Braga, 1916.
Imparcial, generalista, Braga, 1914.
Internacional (A), comunista, Lisboa, 1925.
Liberal (O), generalista, Braga, 1920.
Notícias do Norte, generalista, Braga, 1921.

Estudos

- ALVES, Jorge Fernandes (1988). “Operários para França e Inglaterra”. *História: Revista da FLUP*, 5, 317-333.
- ESCADAS, Débora Val (2017). *A vida impossível: o movimento operário em Braga durante a I República*. Braga: Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/53286> (consultado em 9 de julho de 2020).
- FONSECA, Carlos da (1975). *Integração e rutura operária: capitalismo, associacionismo, socialismo (1836-1875)*. Lisboa: Estampa.
- FONSECA, Carlos da (1990). *O 1.º de Maio em Portugal, 1890-1990: crónica de um século*. Lisboa: Antígona.
- FREIRE, João (1988). *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento.
- MARQUES, A. H. de Oliveira e RODRIGUES, Luís Nuno (1991). “A sociedade e as instituições sociais”, in J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques (eds.), *Nova História de Portugal*, vol. XI (*Portugal – da Monarquia para a República*). Lisboa: Presença, 187-239.
- MARTINS, Conceição Andrade (1997). “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”. *Análise Social*, 142, 483-535.
- MÓNICA, Maria Filomena (1985). *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*.

- Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- NOGUEIRA, César (1966). *Notas para a história do socialismo em Portugal (1895-1925)*, vol. 2. Lisboa: Portugália.
- OLIVEIRA, César (1972). *O operariado e a República democrática (1910-1914)*. Porto: Afrontamento.
- OLIVEIRA, César (1973). *O socialismo em Portugal (1850-1900)*. Porto: Afrontamento.
- OLIVEIRA, César (1976). *A revolução russa na imprensa operária portuguesa da época*. Lisboa: Diabril.
- OLIVEIRA, César (1990). *O operariado e a Primeira República (1910-1924)*. Lisboa: Alfa.
- PACHECO, José Pacheco (1971). *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de novembro de 1918*. Porto: Portucalense.
- SÁ, Victor de (1981). *Evolução do movimento operário e do sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1992). “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”. *Análise Social*, 115, 65-89.
- VIEIRA, Alexandre (1959). *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: ed. de autor.